

HABEAS CORPUS Nº 548.631 - SP (2019/0357043-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **JORGE DE SOUZA E OUTROS**
ADVOGADOS : **MARCOS ROBERTO AZEVEDO - SP269917**
 : **JESSYKA VESCHI FRANCISCO - SP344492**
 : **JORGE DE SOUZA - SP429914**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **MARCELO MARQUES DOS SANTOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de MARCELO MARQUES DOS SANTOS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*Habeas Corpus* n. 2214861-12.2019.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que o Juízo de Execuções Criminais e anexo do Júri da Comarca de Araçatuba/SP deferiu pedido ministerial de submissão do paciente à avaliação psiquiátrica, de modo a subsidiar o pedido de progressão de regime.

Contra essa decisão insurgiu-se a defesa por meio de *habeas corpus*, tendo o Tribunal de origem denegado a ordem, nos seguintes termos, *in verbis* (e-STJ fls. 43/44 e 47):

"Das informações prestadas pela douta autoridade apontada coatora, à fl. 43, consta que o paciente "cumpre pena em regime semiaberto referente a 02 execuções, com término de pena previsto para 29/04/2035" (sic).

O douto magistrado a quo informou, ainda, que "o sentenciado requereu a progressão para o regime aberto e, considerando-se que o crime atribuído ao paciente é da maior gravidade (roubos majorados) e que tem longa pena a cumprir, determinei que fosse solicitado à Penitenciária a realização da avaliação preconizada pela Resolução SAP - 88 de 28/04/2010, a fim de que o pedido de progressão de regime seja analisado de forma mais criteriosa" (sic).

[...]

No tocante à alegação de demora na análise do benefício requerido, a ordem, também, deve ser denegada.

"Isso porque, o magistrado a quo está tomando todas as providências cabíveis para analisar o pleito de progressão de regime do

Superior Tribunal de Justiça

impetrante/paciente e só não o fez, ainda, porque aguardava a vinda do laudo de exame psiquiátrico determinado (fl. 25), já tendo sido reiterado o pedido.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a defesa, em resumo, que, "não obstante preencher os requisitos exigidos à progressão de regime prisional e ter direito à prestação jurisdicional, o Paciente se encontra aguardando a realização de um exame que sequer tem prazo para ser realizado" e que, "diga-se de passagem, esse exame nem obrigatório é, pois o exame passível de ser exigido já o foi, e concluído favoravelmente para a progressão de regime pelo Paciente" (e-STJ fl. 11).

Diante disso, requer a concessão de liminar "para que seja determinado ao Juízo das execuções que julgue imediatamente o pedido de progressão de regime sem a necessidade de realização da avaliação psiquiátrica e, no mérito, seja concedida a ordem em definitivo, para que seja cassada a decisão que determinou a ilegal medida" (e-STJ fl. 16).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

De fato, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, não verifico mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo da execução, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela

Superior Tribunal de Justiça

Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator